

## **ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA (CADEIRANTES) NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE TERESINA PIAUI**

<sup>1</sup>Igo Rodrigues Ferreira

<sup>2</sup>Ana Cristina de Assunção Xavier Ferreira

*Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT  
Faculdade Santo Agostinho – FSA*

[Igofisio@live.com](mailto:Igofisio@live.com)

[crispedagoga2016@gmail.com](mailto:crispedagoga2016@gmail.com)

### **RESUMO**

A inclusão é o processo de inserção de pessoas com deficiência no âmbito social, no entanto políticas públicas garantem essa implantação baseada em leis que lutam pela igualdade e pelo direito à educação para todos. A LDB/96 assegura esse direito às pessoas com deficiências, exigindo adequações de currículos, métodos, técnicas e físicas. Precisamos então conhecer essas pessoas que vivem a nossa volta, Entre estas, temos os cadeirantes (deficiente físico), os quais nos levaram a realizar esta pesquisa, temos como objeto de estudo a acessibilidade de alunos com deficiência física nas universidades públicas de Teresina. A inclusão destes alunos na educação envolve um processo de reforma e reestruturação das universidades como um todo. Assim partimos do problema: estão às universidades públicas de Teresina adaptadas para a acessibilidade de deficientes físicos (cadeirantes)? Portanto, parece algo muito simples a acessibilidade, no entanto questionamos se as universidades públicas dispõem de acesso adequado para estas pessoas. Para confirmarmos esta acessibilidade temos como objetivo analisar as estruturas físicas das universidades públicas quanto à inclusão de pessoas com deficiência física (cadeirantes). Neste intuito, realizamos pesquisa qualitativa, por meio de observações dos aspectos físicos das universidades e entrevistas em uma população de professores, vigilantes e alunos cadeirantes. Tivemos como aporte teórico Mantoan (2005); Werneck (1997); Trivinos (1987); Blanco (2000), entre outros. Os resultados obtidos na coleta de dados nos levaram a considerar que estas universidades ainda não estão totalmente adaptadas para a inclusão e o simples acesso a estes cadeirantes na quais as Leis garantem.

Palavras – chave: Acessibilidade, Cadeirantes, Deficiência.

### **ABSTRACT**

Inclusion is the process of insertion of people with disabilities in the social sphere, however public policies guarantee this implementation based on laws that fight for equality and the right to education for all. LDB / 96 assures this right to people with disabilities, requiring adaptations of curricula, methods, techniques and physics. We need to know these people who live around us. Among these, we have the wheelchair drivers (physically disabled), who led us to carry out this research, we have as object of study the accessibility of students with physical disabilities in public universities in Teresina. The inclusion of these students in education involves a process of reform and restructuring of universities as a whole. So we start from the problem: are the public universities of Teresina adapted for the accessibility of disabled people (wheelchair users)? Therefore, accessibility seems quite simple, but we question whether public universities have adequate access to these people. To confirm this accessibility, we aim to analyze the physical structures of public universities regarding the inclusion of people with physical disabilities (wheelchair users). In this purpose, we conduct qualitative research, through observations of the physical aspects of the universities and interviews in a population of

teachers, vigilantes and wheelchair students. We had as a theoretical contribution Mantoan (2005); Werneck (1997); Trivinos (1987); Blanco (2000), among others. The results obtained in the collection of data led us to consider that these universities are not yet fully adapted for the inclusion and simple access to these wheelchair users in which the Laws guarantee.

Keywords: Accessibility, Wheelchair, Disability.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão de alunos com deficiência física no campo da educação envolve um processo de reforma e reestruturação das escolas e universidades, com o fim de assegurar que todos os alunos possam ter acesso às inúmeras oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela universidade. Tal reforma busca garantir alcance, percepção e entendimento de questões que dizem respeito ao acesso e a participação de todos os alunos em diversas situações existentes na universidade e impedir a segregação e o isolamento. A escola é direito de todos. Esta frase inquieta muitos professores quando constatarem em suas salas de aulas a realidade da diversidade humana.

A origem da educação tradicional fez com que alguns profissionais de educação despertassem os desejos de nivelar os conhecimentos dos alunos. A proposta da educação inclusiva deu um novo aspecto à educação visando um olhar diferenciado as singularidades humanas onde algumas pessoas nascem com deficiência. À medida que vão crescendo, vão percebendo que são diferentes da maioria das pessoas e que essas diferenças são vistas negativamente. O que qualquer um pode fazer, elas não podem. Outras pessoas tornam-se deficientes depois de um período de vida, longo ou breve, em que foram mais ou menos iguais a todo mundo. A deficiência pode acontecer num momento catastrófico ou então, levar dias, semanas, meses ou anos para se desenvolver.

A deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo - articular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas isoladamente ou em conjunto podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais e o tipo de lesão ocorrida. Assim teremos como objeto de estudo a acessibilidade de pessoas com deficiência física (cadeirantes) nas universidades públicas de Teresina-PI.

Diante de todo conhecimento acima, a educação ou a estrutura de ensino está montada para receber um aluno ideal com supostos padrões de desenvolvimento emocional e cognitivo, esperado comportamentos – um plano de previsibilidade. As dificuldades emergem no cotidiano escolar através dos problemas de aprendizagem ou dos comportamentos

“inesperados”. Observa-se que as universidades e suas comunidades ainda não estão preparadas para acolher alunos diferenciados. A educação inclusiva passa pelo projeto pedagógico das escolas, da formação continuada dos professores, as mudanças estruturais, havendo muito para se fazer e o modo de condução desse processo tem efeitos diretos sobre seus resultados.

Sabemos que nos dias atuais estamos presenciando inúmeras ações voltadas para favorecer e incluir pessoas com deficiência no âmbito educacional seja ela na rede regular de ensino ou no ensino superior. Percebemos que a sociedade está inserida juntamente com órgãos responsáveis para facilitar a vida dessas pessoas trazendo a dignidade de exercer sua cidadania. As condições de acessibilidade em ambientes físicos tais como escolas, teatros, universidades e demais logradouros públicos podem facilitar, e muito, para que a inclusão social ocorra. No meio escolar, nos deparamos com muitas escolas e universidades que ainda não estão adaptadas para receberem alunos com deficiência, principalmente quando temos em foco alunos com deficiência física. Assim partimos do problema: Estão às universidades públicas de Teresina adaptadas para a acessibilidade de deficientes físicos (cadeirantes)?

Diante destes fatos despertamos interesse em conhecer o cotidiano destas pessoas na qual teremos como objetivo analisar as estruturas físicas das universidades públicas de Teresina. Quanto à acessibilidade de pessoas com deficiência física (cadeirantes). Para esta análise inicialmente tivemos como objetivos específicos: Identificar as estruturas físicas das universidades e caracterizar diversos aspectos que dificultam a acessibilidade de pessoas com deficiência física usuários de cadeiras de rodas nas instituições de ensino superior públicas de Teresina Piauí. No intuito realizaremos uma pesquisa qualitativa, por meio de observações dos aspectos físicos das universidades públicas de Teresina e entrevistas em uma população de professores, auxiliares de portaria e alunos (cadeirantes). A amostra foi composta de dois professores e dois auxiliares de portaria, e dois alunos cadeirantes nestas instituições pesquisadas.

Tivemos como fundamentação teórica para esta pesquisa pensamentos de Mantoan (2005); Gallo (1999); Werneck (1997); Blanco (2000); Carvalho (1997) e Brandão (2003) sobre a parte legal, entre outros autores que nos conduziram nessa pesquisa. Assim o objetivo deste trabalho foi buscar teórico sobre educação inclusiva com pessoas com deficiência na finalidade de compreender e aprofundar estudos no que se refere às políticas públicas de inclusão, bem como as reflexões das normas da educação regular. Portanto para melhor compreensão, este estudo ficou dividido em dois capítulos: o primeiro refere-se aos aspectos históricos, legais sobre a inclusão de pessoas com deficiência física (cadeirante). E descreve a

metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa, sendo denominado de: **A acessibilidade de pessoas com deficiência física (cadeirantes): História e Legislação**; O segundo retrata de um modo geral as pessoas com deficiência física e a acessibilidade nas universidades, sendo intitulado de “**Acessibilidade nas universidades públicas de Teresina - Piauí**”.

## **2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A Acessibilidade de pessoas com deficiência física (cadeirantes): História e Legislação.**

A educação inclusiva vem sendo discutida há algum tempo, no Brasil, porém é questão mais ampla e complexa que se coloca como desafio não só para educadores, mas em busca da solução para todos os setores sociais. A inclusão apresenta-se como uma saída ética para os problemas sociais, políticos e morais, ultrapassando questões técnicas e metodológicas, porque diz respeito também às políticas públicas, ao envolvimento dos diversos setores da sociedade que fazem parte de nosso dia a dia.

Em uma visão tradicional, um defeito ou um modelo centrado na pessoa é baseado na ideia de que as origens das dificuldades de aprendizagem estão em sua maioria localizadas nelas, pessoas com deficiência. Diante da resistência de mudar essa forma de pensar é que devemos disponibilizar oportunidades a fim de ajudar essas pessoas a desenvolverem suas potencialidades. Todas as pessoas devem ser respeitadas, não importa o sexo, a idade, as deficiências ou qualquer outro distintivo. Uma sociedade aberta para todos, que estimula a participação de cada um e que aprecia as diferentes experiências humanas e reconhece o potencial de todo cidadão é denominado sociedade inclusiva.

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção: pessoa com deficiência física, os com comprometimento mental, os superdotados, todas as minorias e a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. A escola ou universidade tem que ser o reflexo da vida, do contexto em que se insere a grande vantagem para todos, é viver a experiência da diferença. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor, a ocuparem por direito, seu espaço na sociedade. Segundo Mantoan (2005, p. 24), “estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro”. Logo percebemos a distinção entre os termos.

Segundo o Censo realizado pelo IBGE em 2010, dos 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, apenas 3,2 frequentaram algum tipo de escola. Este número cai para 700.000 quando se trata de portadores de deficiência com idade entre 18 e 29 anos, idade média de ingresso no ensino superior. Enquanto para a inclusão dos surdos na Universidade são necessários intérpretes nas aulas, e dos deficientes visuais, no mínimo uma sala de apoio equipada com uma máquina de datilografia braile, no caso dos deficientes físicos é necessário o mínimo: permitir que eles consigam chegar até a sala de aula. Tudo isso hoje já é previsto e obrigatório por lei.

Cabem as Universidades apenas fazer adaptações de seus ambientes, não adianta apenas leis, é necessário que se tenha uma visão ampla da realidade educacional do país, apesar de se falar em educação para todos, temos que analisar como essa educação vem acontecendo e se ela está realmente preparada para incluir a todos sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho para a diversidade.

A sociedade inclusiva que se idealiza tem como objetivo principal oferecer oportunidades iguais para cada pessoa. Dessa forma, a sociedade inclusiva é democrata, reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com o direito a exercer sua cidadania. Ela é, portanto, fraterna, busca todas as camadas sociais, atinge todas as pessoas sem exceção, respeitando-as em sua dignidade e para que uma sociedade se torne inclusiva, é preciso haver cooperação no esforço coletivo de sujeitos que dialogam em busca do respeito, da liberdade e da igualdade. E o que temos feito neste sentido?

A inclusão diferentemente indica que a sociedade, e não a pessoa deve mudar. Para isso até as palavras e expressões para denominar as diferenças devem ressaltar os aspectos positivos e, assim promover mudanças de atitudes em relações a essas diferenças. É nosso dever compreendê-las para que todos possam ser incluídos. Os grupos de pressão por eles organizados têm seu poder político concretizado na obtenção de serviço e recursos especiais para grupos de deficientes.

Sabemos que a Inclusão não se resolve apenas inserindo pessoas com deficiência nos contextos educacionais regulares, tornam-se importantes compreendê-las em seu contexto cultural. Para inserir temos que compreender a cultura da universidade (cultura organizacional) e reconhecer a pluralidade desta cultura. No entanto iremos mencionar as principais leis que favorecem as pessoas com deficiência física, segundo a Revista Sociedade Inclusiva (2006, p. 9) são estas:

- Lei nº. 3.753 de Abril de 84 – Equipa os pontos coletivos com rampas e degraus especiais para deficientes físicos.
- Lei Federal 7.405/85 – Torna obrigatória a colocação de símbolos Internacionais de Acesso – SAI, em todos os locais e serviços que permitam utilização de pessoas portadores de deficiência.
- Lei Federal 10.048/00 – Dá atendimento prioritário às pessoas portadores de deficiência física, aos idosos, com idade igual ou superior a 65 anos, às gestante, às lactantes e às pessoas acompanhadas por criança de colo.
- Lei Municipal 2.256 de 93 – reserva correspondente a 5% das vagas nos concursos para preenchimento de vagas na administração municipal.
- Lei 3.391 de 95 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de rampas para acesso de portadores de deficiência físicas nas vias e dependências públicas e dá outras providências.

Percebemos que são várias as Leis voltadas para a acessibilidade, temos outras mais específicas que são: A Lei de nº. 6.726 de 94 – Torna obrigatória a construção de rampas com corrimões nas escolas públicas; A lei de nº. 7.556 de 98 – Dispõe sobre instalações especiais para portadores de deficiência física em estabelecimentos de lazer e de outras providências (BRASIL. LEIS ESTADUAIS, 2006).

Desta forma toda escola e universidades públicas ou privadas deveriam cumprir os princípios legais, devendo atender a todos, sem exclusão nenhuma. Realmente é isso que ocorre na prática? As Leis deveriam ser o bastante para que fossem atendidos todos os direitos das pessoas das pessoas com ou sem deficiência (afinal todos nós somos especiais). Acontece que “[...] estamos sempre agindo, pensando, propondo, refazendo, aprimorando, retificando, excluindo, ampliando segundo paradigmas” (Mantoan, 2005, p. 12).

No Brasil, o organismo legalmente constituído para cuidar das normas técnicas é a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT afiliada à ISO e atuante desde 1940. A ABNT está dividida em comitês nacionais, entre eles o Comitê Brasileiro de Acessibilidade – CB 40 que começou a atuar no ano de 2000. A primeira Norma Técnica Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, foi criada em 1985 refere-se à acessibilidade intitulada: “Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência” – NBR 9050, voltada para edificações, mobiliário e equipamentos urbanos. São estas:

**NBR 9050/94** – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos – Procedimentos.

**NBR 9283/86** – Mobiliário Urbano.

**NBR 9284/86** – Equipamento Urbano

**NBR 10098/87 – PB670** – Elevadores elétricos – Dimensões e condições do projeto de construções.

**NBR 10982/90 – PB 1448** – Elevadores elétricos – Dispositivos de operação e sinalização.

**NBR 12892/93** – Projeto, fabricação e instalação de elevador uni familiar.

**NBR 13994/00** – Elevadores de passageiros – elevadores para transportes de pessoa portadora de deficiência.

**NBR 9077/01** – Saída de emergência em edifícios.

**ISSO/DIS 9386-1** – Plataforma elevatória com acionamento mecânico para pessoas com mobilidade prejudicada – normas de segurança, dimensões e funcionamento.

**NBR 14020** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência.

**NBR 14021** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em trem metropolitano.

**NBR 14022** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e ônibus para atendimento urbano e internacional.

**NBR 14273** – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência no transporte Aéreo Comercial.

Observa-se que todas as normas mencionadas acima estão coerentes a todas as pessoas com deficiência físicas a usufruir de todos seus direitos, no entanto iremos observar a Acessibilidade nestas instituições de ensino superior, então questionamos se as Universidades Públicas de Teresina Piauí dispõem de acesso e adaptações adequadas para os (cadeirantes)?

## 2.1 ACESSIBILIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE TERESINA-PIAUI.

Diante de todas as abordagens transcritas neste trabalho, iremos conhecer as instituições de ensino superior de Teresina onde realizamos esta pesquisa, inicialmente fizemos observações da estrutura física das duas universidades, quanto à acessibilidade para os cadeirantes. Durante esta pesquisa de campo, tiramos fotografias (abaixo) e realizamos entrevistas com professores e funcionários de cada instituição.

GRAVURA 01: UFPI



Fonte: Dos próprios autores

GRAVURA 02: UESPI



GRAVURA 03: UFPI



Fonte: Dos próprios autores

GRAVURA 04: UESPI



Percebemos em relação ao nosso objeto de pesquisa, ou seja, a acessibilidade de pessoas com deficiência física (cadeirantes), nas universidades públicas de Teresina, tem ainda um ponto em comum entre elas, todas ainda não estão corretamente adaptadas para a acessibilidade plena, pois como podemos observar nas fotos abaixo, ainda existem locais não adaptados para estes cadeirantes, como por exemplo, o auditório da UESPI que não possui adequação nenhuma para os cadeirantes caso seja necessário subir para debater algo que esteja em foco.

GRAVURA 05: UESPI



Fonte: Dos próprios autores

GRAVURA 06: UESPI



GRAVURA 07: UFPI



GRAVURA 08 UFPI





Fonte: Dos próprios autores

Os banheiros das universidades (foto abaixo) disponibilizam de acesso adequado a estes cadeirantes, pois percebemos que já houve grandes mudanças no projeto arquitetônico, neste quesito onde o mesmo terá livre acesso dentro do mesmo, pois suas portas são largas, as pias disponibilizam de corrimões de segurança juntamente com o aparelho sanitário, no entanto neste recinto observamos que o livre acesso deste deficiente físico juntamente com sua cadeira de rodas terá direitos de exercer com autonomia suas necessidades fisiológicas.

GRAVURA: 9 UESPI



Fonte: Dos próprios autores

GRAVURA 10 UESPI



GRAVURA 11: UFPI



Fonte: Dos próprios autores

GRAVURA 12: UFPI



O aluno com deficiência (cadeirantes) fica impedido de exercer algumas atividades nestas universidades, pois observamos que na universidade estadual do Piauí existe uma rampa que dar acesso ao cadeirante chegar a um bloco desta universidade sendo que possui neste bloco uma sala de leitura totalmente despreparada quanto ao acesso com quatro degraus

enormes logo na entrada impedindo totalmente o deficiente físico exercer suas funções de leitura, pois o mesmo fica totalmente impedido de frequentar este ambiente, por possuir degraus e nenhuma rampa que dará direitos ao mesmo de executar suas atividades de leitura.

GRAVURA 13 UESPI



GRAVURA 14 UESPI



GRAVURA 15: UFPI



GRAVURA 16: UFPI



Reconhecemos que a acessibilidade é apenas um dos elementos que fazem parte do processo de inclusão, sendo talvez o mais simples de ser solucionado. De acordo com Mantoan (2005, p 24-26) para uma escola ou universidades ser inclusiva faz necessário “[...] em primeiro lugar, um bom projeto político pedagógico que começa pela reflexão. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que rampas e banheiros adaptados”. No entanto a simples adaptação da estrutura física torna-se um obstáculo decisivo para exclusão de pessoas com deficiência física, principalmente os cadeirantes.

Durante a pesquisa de campo também observamos e questionamos a ausência de pessoas com deficiência física usuários de cadeira de rodas, pois temos conhecimento da lei 9394/96 que reafirma, com mais detalhes o referido direito a educação pública e gratuita de pessoas com deficiência.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando os edifícios das Universidades foram projetados e construídos não houve, salvo em raros casos, a preocupação de como seria o dia a dia de pessoas com algum tipo de deficiência física. Nos dias atuais, felizmente, isso se tornou um problema a ser urgentemente contornado. Já não era sem tempo. A acessibilidade é algo muito simples, compreende a possibilidade e condição de alcance e percepção e entendimento para que possa utilizar com segurança e autonomia as edificações, os diversos espaços para um trânsito livre, sem transtornos.

As universidades agora correm contra o tempo. “A dificuldade maior sempre passa pela questão da acessibilidade física”. A questão das barreiras arquitetônicas ainda é bastante grande em praticamente todos os espaços, em qualquer tipo de instituição. A acessibilidade física é na verdade, vai mais além. Não basta que todos os prédios de determinada universidade possuam elevadores se o aluno não tiver meios de chegar até a universidade. Não é só uma questão da escola esta preparada, tem que haver transporte para o aluno chegar até a universidade. Nem todas as famílias têm acesso a carro e o transporte público adaptado também muito pouco. Vale ressaltar que quando o aluno com alguma limitação física ingressa na universidade, ele quer ter acesso à vida universitária como um todo e não apenas à sala de aula. Ele vai querer frequentar o diretório acadêmico, a praça de esportes, uma lanchonete onde todos se reúnem a biblioteca dentre outros ambientes. Esse estudante precisa circular por todo o ambiente da universidade.

O deficiente físico na verdade, não tem uma dificuldade grande para acesso em nível educacional, ele tem mais problemas com barreiras arquitetônicas. Claro que existem as partes mais velhas, onde realmente é impossível por conta das escadas. As barreiras de atitudes envolvem concepções e formas de encarar as diferenças por isso nem sempre são fáceis de serem rompidas. Não é apenas a acessibilidade física que deve ser levada em conta. Os alunos e professores também devem aprender a se “adaptarem” a esses colegas com limitações físicas, os professores também precisam conhecer sobre as necessidades desses alunos.

Diante do percurso deste trabalho, mediante toda a pesquisa por meio de observação destas universidades públicas de Teresina Piauí estadual e federal (UFPI e UESPI) percebemos que ainda tem muito a ser feito, grandes barreiras ainda existem. Na UESPI

Percebemos na UFPI que grandes mudanças estão ocorrendo pouco lentas, mas já vista por todos no local, pesquisamos dois centros da Universidade Federal do Piauí que foram: Centro de Ciências da Educação Professor Mariano da Silva Neto- CCE e Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, ambos destinados à área de educação, visualizamos nestas instituições que já existem rampas com corrimões por dentro destes centros na quais mostram que a acessibilidade esta cada vez, mas enfocada no ensino superior, mas ainda falta muito a ser feito no CCE, existe somente um banheiro adaptado para o cadeirante na qual o mesmo se encontra fechado devido o centro não ter regularmente aluno matriculado com esta deficiência, pois o centro possui mais alunos com deficiência visual e auditiva, segundo informações colhidas no ato da pesquisa, foram relatados que na instituição atualmente não existem alunos cadeirantes neste ano letivo, mas vale ressaltar que a UESPI já tiveram alunos com deficiência física usuários de cadeiras de rodas matriculados em anos anteriores. Foi observado o auditório deste centro CCE na qual vimos que não existem adaptações corretas para acesso ao palco do local, onde somente possui rampas impossibilitando assim o acesso se necessário dos cadeirantes para possíveis debates.

No entanto, durante toda esta pesquisa percebemos que as mudanças estão surgindo cada vez mais, estamos cada vez mais presenciando inúmeras ações realizadas nestas instituições ainda muito lentas, mas realizadas, proporcionando assim direitos para estas pessoas com algum tipo de deficiência a exercer sua cidadania, as universidades públicas agora estão preocupadas em atender e se adequar a estas pessoas com limitações físicas, pois segundo a lei as escolas e universidade têm que se preparar corretamente para disponibilizar de adequações necessárias para a locomoção destes cadeirantes, pois segundo a mesma a instituição tem que se adequar corretamente e não o deficiente. Valem lembrar que a Lei é bem clara as adequações tem que ser por completa e não por etapas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **Adequações das edificações e do mobiliário urbano á pessoa deficiente.** Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Acessibilidade – Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2005 160 p. 21 cm.

BRASIL. **Leis da acessibilidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12 de Dezembro, 2007.

GALLO, **Transversalidade e Educação**: Pensando uma Educação não Disciplinar, Rio de Janeiro: DP&A, 17-43, 1999.

GLAT, R.;BLANCO, L. M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7letras, 2007. Cap. 1, p. 15-35.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. São Paulo, SP, ano XX, n. 182, p. 24-26, maio, 2005.

MAZZOTI, J, S, Marcos. **Educação especial no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

REVISTA ESCOLA. São Paulo: Ano XX nº. 187, novembro, 2005.

\_\_\_\_\_ A escola que é de todas as crianças. São Paulo: Ano XX, 182, maio, 2005.

STAINBACK, Suzan; STAINBACK, Williams. **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre: Artemed, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.